



Revista Catarinense da Ciência Contábil

ISSN: 1808-3781

revista@crcsc.org.br

Conselho Regional de Contabilidade de
Santa Catarina
Brasil

Chaves da Silva, Rodrigo Antônio

O equilíbrio do capital e a sua intensidade: pontos da filosofia neopatrimonialista

Revista Catarinense da Ciência Contábil, vol. 6, núm. 18, agosto-noviembre, 2007, pp. 41

-56

Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477549008004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O equilíbrio do capital e a sua intensidade: pontos da filosofia neopatrimonialista

Rodrigo Antônio Chaves da Silva

Contador; Escritor Contábil (mais de 50 artigos em sites e revistas, do Brasil e Exterior) e Membro da Associação Científica Internacional Neopatrimonialista (ACIN) e do Clube de Balanced Scorecard da Argentina.

rachavesilva@yahoo.com.br

Resumo

O equilíbrio do capital é um estado funcional, ou de movimento das partes patrimoniais em prol dos lucros ou de alcance dos objetivos empresariais. A relatividade das funções sistemáticas do patrimônio aponta a razão da intensidade do equilíbrio, o grau em que o mesmo consegue se manter, isto é, a sua vitalidade no tempo de sua existência na continuidade aziendale. O objetivo do presente estudo, em caráter intervencionista, é mostrar os efeitos desta relação, de modo que uma análise avançada garanta profícua e zelosa consultoria contábil para uma administração patrimonial segura e coerente. O artigo discute este problema, que traduz uma das partes da teoria do Neopatrimonialismo Filosófico e que agrega valor à proposta do Neopatrimonialismo.

PALAVRAS-CHAVE: Problemas Científicos. Equilíbrio do Capital. Neopatrimonialismo Filosófico. Intensidade do Equilíbrio. Meios de Análise.

Abstract

The equilibrium of the capital is a state by function, or of movement from the parts of patrimonies with objective us profits, or reach by undertaker intection. The relativity of the function sistematicys by patrimony desmontrate the reason by equilibrium intensity, of dimension to maintain himself, of vitality by time patrimony of social existence. The objective this study by character of interveticion is to desmontrate that efects this relations, of the analysis advance guarantee a useful and zealous orientation accountants of the a management patrimony coherent and security. The article discuss this problem that translate a by parts from the teory by Neo patrimonial philosophic by aggregate value by proposal of doctrine Neo patrimonial.

KEYWORDS: Problem Scientifics. Equilibrium of the Capital. Neo Patrimonial Philosophic. Intensity by Equilibrium. Modes of Analysis.

1 INTRODUÇÃO

O problema inicial exposto pelo **Neopatrimonialismo contábil** sobre a interação das funções, não ainda completamente explorado, fornece um parâmetro analítico importante para os estudos. Não obstante, a existência de uma autonomia dos sistemas, ao mesmo passo da interação, apresentada pela mesma teoria doutrinal, exige uma outra visão para harmonizar as idéias.

Isto quer dizer que ao analisar, por exemplo, as finanças, a resultabilidade de um capital, seu equilíbrio, considerando os sistemas consagrados como suficientes em si mesmos, sem o efeito da dita interdependência que se apresenta, fica insuficiente a análise patrimonial produzida.

A tradição em quase um século, na tecnologia de análise contábil ou de balanços, apresenta o mesmo viés de observação: **as funções patrimoniais como autônomas sem uma inquirição da relação do efeito interacional entre as mesmas, comportamento comprovado, logicamente, pela experiência.**

Ou seja, quando analisamos a disponibilidade de uma empresa, aplicamos os quocientes, e dizemos que está mau ou bom o estado, de acordo com os resultados. A causa obviamente pode estar ligada aos ambientes, todavia, como estamos apenas considerando a essência ou a fenomenologia patrimonial, que nos interessa especialmente¹, **a verdadeira causa deste estado deve estar em outro sistema, pois, se assim não fosse a própria capacidade de pagamento não existiria.**

Portanto, sempre concluímos que **uma função está eficaz ou ineficaz**, mas, **a causa deste estado também está em outro que in-**

fluencia o seu grau de comportamento.

Não se pode hodiernamente, somente dizer que o resultado é **ineficaz por si**, sendo que outra função, pela movimentação da sua fenomenológica gera tal estado, **com o seu comportamento que absorve inadequadamente a variação de sua marcha.**

Como interessa à contabilidade os fenômenos patrimoniais, ressalta-se que eles ocorrem simultaneamente, hereditariamente, e com ligações entre si. Portanto, a autonomia de cada um transforma-se numa natureza, equivalente à interpretação (Ou seja, podemos chamar um estoque de “financeiro” e “reditual” de acordo com o ângulo de observação).

Assim sendo, uma venda por mais que seja uma receita, ela interage com **o caixa da empresa** - está certo que o preço pode ser recebido proporcionalmente à vista-, com **o resultado** - a recuperação ou renovação do capital investido no negócio -, com **a proteção** - maior giro de vendas com lucros oferecem menos incertezas-, com **a produtividade** - vendendo mais em menos tempo -, etc. **Isto é reatividade patrimonial.**

No Neopatrimonialismo, o Dr. Lopes de Sá (1992), apresentou a Teoria das Interações Sistemáticas, que nos forneceu bases para firmarmos que a relatividade interdependente das funções sistemáticas, é um estado de efeito das mesmas interações².

Então, pois, se existe interação naquelas funções, gera-se um efeito correlativo, dentro do tempo patrimonial, **de modo que, o efeito de uma, não pode existir em certo nível sem o da outra**; se tudo é simultâneo, **o bom ou mau estado de um movimento, tem relação com todos os conjuntos produtores de mo-**

1 - Como o fenômeno patrimonial é o objeto de nossa sabedoria, o presente artigo para efeito de finalidade, vai desconsiderar os efeitos ambientais, pois, nosso alvo aqui é a relação da economicidade-equilíbrio.

2 - A teoria do Neopatrimonialismo Filosófico em verdade é uma tese nossa - sendo que nesta parte da pesquisa devemos nos inteirar de uma posição pessoal - produzida com o objetivo de apresentar um “Neopatrimonialismo avançado” com um campo infinito de análise e observação; ela está registrada na Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura, pelo Escritório de Direitos Autorais sobre o nº: 406.775, livro: 758, em 9 de agosto de 2007, mas, ainda não veio ao público.

vimento, não somente com eles mesmos, ou as suas autonomias.

Se dissermos que a capacidade de pagamento está ineficaz, qual seria, pois, a causa para este estado? A resposta é simples: **Estaria ela no todo, ou na relação dela para os outros sistemas.** Poder-se-ia afirmar que o giro é ineficaz, porém, a geração deste fenômeno pode ser amparada por um desequilíbrio nos estoques, que assim estão pelo mau uso das vendas - **resultabilidade**-, na improdutividade do custo - **produtividade**-, no risco de se mantê-los - **invulnerabilidade**-, na falta de interação com o social - **socialidade**-, e em diversos outros fatores. **É no todo que está a causa.**

Anteriormente, analisávamos as funções uma a uma e produzíamos comparações, hoje é diferente, no âmbito de filosofia do Neopatrimonialismo, **analisamos todas as funções em uma só, ou cada uma em todas. É a relatividade-interdependente que dita estas normas.**

É o objetivo de nossa pesquisa clarear pontos ao alcance de todos, sobre uma relatividade: a **da economicidade no equilíbrio (estabilidade)**, ou seja, o grau de vitalidade da simetria dos bens, créditos, dívidas, e resultados, no espaço-tempo patrimonial.

Justifica-se tal elaboração pela mesma necessidade de explorarmos alguns aspectos da relatividade interdependente dos sistemas, frutos de suas interações; e pela intervenção que faremos no uso da análise deste fato.

Creemos, e a experiência nos faz assim crer, que tal artigo se enquadra como **intervencionista**³, porque ele altera uma realidade estudada, que é o **Neopatrimonialismo**, e o **comportamento das interações**, juntamente com

o modo de se analisar, tentando modificar, alterar, ou agregar valor em sua extensão, pois, não há ciência terminada.

O trabalho assim está dividido: 1º) uma abordagem sobre o equilíbrio, suas premissas, modos de análise, e determinações teóricas; 2º) Os sistemas de estabilidade e economicidade; 3º) A tese do Neopatrimonialismo Filosófico; 4º) A relatividade da economicidade no equilíbrio; 5º) O modo de analisar tal relação e conclusão.

Não podemos esgotar o assunto referido com breves palavras, apontaremos apenas um caminho de análise, interpretação, e orientação contábil sobre este fato. A distância desse tema não é possível medir, da mesma forma que uma inteligência não se mensura de 1 a 10. Tentaremos, numa linguagem acessível, o quanto possível, demonstrar uma introdução brevíssima sobre o assunto, que oferece outros problemas que serão analisados e explicitados por outros cientistas, pesquisadores, e cultores da contabilidade no decorrer dos tempos.

2 O EQUILÍBRIO DO CAPITAL EM NOÇÕES CIENTÍFICAS E DETERMINAÇÕES DE ANÁLISE

Aristóteles (384-322 a.C.) no estudo sobre os corpos discursou que a igualdade entre duas forças diferentes, ou de dois elementos em certo estado de movimento, seria denominada de **estática**, não foi sem motivo que até no renascimento, sua idéia foi aceita sem questionamentos, ou tergiversações⁴. Havia para ele uma lei de proporção definida, atinente não somente às coisas físicas, mas, também às riquezas e células sociais⁵.

3 - VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

4 - ARISTÓTELES. Da geração e da Corrupção seguido de convite à filosofia. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Landy Editora, 2001.

5 - Estas idéias são encontradas nas duas principais obras de Aristóteles: "A política" e "Ética a Nicômaco", nas quais dizia haver uma lei de proporção definida aplicável na riqueza social ou dos empreendedores.

O filósofo dizia, que a atividade de uma coisa poderia ou não, estar nas suas partes, poderia pertencer a um grupo, mas, não a um todo, de forma que o objeto se equilibrasse, seja na geração ou na corrupção que transmitisse (isto é, no seu aspecto positivo ou negativo)⁶.

Conceberíamos a mesma coisa para o patrimônio objeto de estudo da contabilidade: há um equilíbrio causado por “**forças positivas**”(Ativo) e “**forças negativas**”(Passivo), que se harmonizam de acordo com uma diferença **resultante**(patrimônio líquido), formando o estado de estabilidade das suas partes.

D’auria (1959) em sua obra sobre a contabilidade pura, expunha tais aspectos patrimoniais relacionando-os com os da física, mencionado as **forças ativas** e as **forças passivas** que para o mestre funcionavam como “**forças de atrito**”. Ainda expunha a diferença das duas forças como **energia diferenciada**.

O método digráfico não escolhe os fenômenos patrimoniais, que trarão sanidade ou não à constituição azienda; como dizia Caetano Dias (1944 p. 45) haveria um equilíbrio estático, derivado do balanço que poderíamos denominá-lo de “nominal”:

Ativo = Passivo					
Ativo -	10.000,00	Passivo -	8.000,00	=	Patrimônio Líquido - 2.000,00
Ativo -	11.000,00	Passivo -	9.000,00	=	Patrimônio Líquido - 2.000,00
Ativo -	13.000,00	Passivo -	13.000,00	=	Patrimônio Líquido - 0,00

No esboço acima, vemos o comportamento patrimonial, com a expressão nominal de equilíbrio (Ativo = Passivo), mas, com a noção clara de ausência da qualidade do mesmo fenômeno. **A riqueza caminha para uma redução de sua sobra de atividade, aquilo que chamamos de patrimônio líquido.** Assim, apesar da igualdade dos valores, não há equilíbrio sadio da substância do capital.

Nesta visão - entre o **nominal** e o **substancial** - que os estudos sobre o equilíbrio encetavam para um nível superior já no início do século XX.

Não se sabia claramente como detectar os aspectos de simetria do capital, contudo, notava-se que **eles estavam ligados ao andamento das finanças empresariais**, e à **capacidade de obtenção dos resultados**.

Ou seja, se houvesse boa liquidez, e resultabilidade, a empresa não estaria desequilibrada.

Faltava-se ainda, definir detalhes analíticos dos fenômenos principais que causavam o equilíbrio, ou da forma de se concebê-lo.

Não se pode afirmar com segurança, mas, quando a moderna análise de balanços começou a ser utilizada nos Estados Unidos seu principal objetivo era o de averiguar as finanças e a solvência do capital. De alguma forma isto já era um princípio da análise do equilíbrio, aquela que estudava a estrutura do Ativo em relação ao Passivo. A solvência não deixava de ser um fenômeno também estrutural.

Vincenzo Masi (1893-1977) criador da doutrina Patrimonialista, quando produziu sua doutrina de análise dos balanços, denotou bem uma classificação dos fenômenos de desequilíbrios em quatro classes principais: **os sub e superinvestimentos**, e **os sub e superfinanciamentos patrimoniais**.

Nesta linha de pensamento, que Lopes de Sá (1973) produziu uma obra de nível superi-

6 - ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006. p. 195-196; 239.

or da análise de balanços - denominada "Curso Superior de Análise de Balanços" -, esta obra possuía dois volumes, os quais segundo a própria declaração do mestre, serviriam para detectar os fenômenos de desequilíbrio em cada um dos elementos patrimoniais⁷ (disponibilidades, créditos, débitos de funcionamento, bens de renda, estoques, etc).

Para uma análise do equilíbrio basicamente poderíamos utilizar as seguintes razões:

Ativo Circulante
Ativo Permanente

Passivo Circulante
Patrimônio Líquido
Ativo Permanente
Patrimônio Líquido
Ativo Circulante
Patrimônio Líquido
Ativo Permanente
Passivo Circulante

Desta forma, estes "quocientes da estrutura", como poderíamos assim dizer, sinalizavam alguns comportamentos percentuais:

Tabela 1: Quocientes percentuais

Ativo circulante/ Ativo Permanente	30%	40%	60%	70%	80%
Passivo Circulante/ Patrimônio Líquido	40%	50%	55%	60%	70%
Ativo Permanente/ Patrimônio Líquido	70%	60%	40%	30%	20%
Ativo Circulante/ Patrimônio Líquido	60%	75%	85%	90%	93%
Ativo Permanente/ Passivo Circulante	55%	50%	45%	30%	10%

Fonte: Elaboração Própria

Pelos percentuais, poder-se-ia concluir no mínimo cinco aspectos: 1º) A marcha percentual aponta uma redução das imobilizações em prol do capital circulante; 2º)As dívidas, porém, no mesmo passo assumem a maior proporção dos financiamento; 3º) Como a imobilização do capital próprio cai, não quer dizer que os resultados são satisfatórios; 4º) O capital circulante absorve quase todo o capital próprio; 5º) O imobilizado terminou sendo financiado em apenas 10%. O objeto da consultoria investigava tais efeitos, porém, não estava clareada a forma de analisar a vitalidade desse estado.

Ou seja, como posso afirmar que a redução do capital próprio é normal ao capital? A estrutura exagerada do capital circulante representa realmente um desequilíbrio? O esgo-

tamento do patrimônio líquido e imobilizações é negativo? Como posso afirmar que a proporção vai se manter com intensidade, e quanto tempo que durará está vitalidade? São perguntas que até hoje soam em nossas mentes sobre o equilíbrio do capital.

Como as proporções definidas do capital são variadíssimas, os questionamentos se tornavam mais complexos ao se analisar azien- das diferentes, ou seja, a proporção de um banco não poderia ser igual à de um comércio; de uma entidade pública igual à de uma indústria; de uma prestadora de serviço, igual à de uma entidade social, e assim por diante.

Não se poderia dizer que, sempre uma participação maior dos investimentos em capital circulante, serviria para todas as empresas do mesmo modo, que uma redução de imobilizações.

7 - Tal obra possuímos, inclusive com a dedicatória do mestre, que pessoalmente nos fez comentários sobre a mesma

A intensidade da atividade e passividade que poderia fazer concluir toda a movimentação patrimonial, ou seja, considerar, que a estrutura mesmo apresentando tais percentuais, possui uma razão temporal e espacial que ultrapassa a cifra dos dados, e se diferencia pela produção efetiva do capital.

Por exemplo, Ceccherelli (1950), já abordava há mais de meio século, que na análise, um aspecto que deveria ser abordado, seria o da relatividade das proporções dinâmicas, isto, querendo exprimir, que uma expressão percentual por mais variada que fosse, possuía uma lei que regia o seu comportamento, assim determinando-o, concernente não somente com o equilíbrio nominal, mas, com o substancial, de sanidade.

Outro teorista do equilíbrio o professor Aldo Amaduzzi assim dizia que este estado, era atinente à atividade e passividade, na sua intensidade de movimento que seria fundamental para as conclusões:

"Necessário é construir tal sistema, mostrando-lhe, com lógica quantitativamente determinada, as suas bases fundamentais; e de tal sistema que se deve pesquisar as condições de equilíbrio, de um equilíbrio que seja expresso em grandezas relativas a um futuro mais ou menos próximo, de um equilíbrio dinâmico, isto sim; **e de tais condições deve-se pesquisar as espécies de variações que o tempo pode produzir...**

Os conceitos, que teorizam aquelas manifestações, resultam também esses ligados cada um ao outro, **e no tempo, são determinados os valores quantitativos.**" (AMADUZZI, Aldo. Per la determinatezza degli studi aziendali. Rivista Italiana di Ragioneria, Federazioni Nazionale dei Collegi dei Ragionieri, nº 1, Ano XLII, Série 2ª, Gennaio - Febbraio, 1949. p. 1.)(O negrito é nosso.)

Portanto, o mestre apontava o problema do equilíbrio como sendo restrito à dinâmica, diferente de D`auria que o mencionava como uma visão da estrutura entre os excessos e carências dos elementos:

"Os objetivos patrimoniais, isto é, a consecução de um resultado econômico individual ou social, requerem uma composição de riqueza em condições qualitativas e quantitativas...

Estabelecidas estas premissas, resta saber quais as proporções entre disponibilidades e o vulto dos negócios a realizar e quais as proporções entre o capital próprio e as disponibilidades, entre capital próprio e de terceiros. Da primeira destas relações decorre uma razoável suficiência ou uma desproporção comprometedora da regularidade funcional do organismo econômico; a segunda relação indicará: uso moderado ou abuso de crédito. Destas hipóteses se conclui que é objeto de ponderação o limite de capital em função do círculo de negócios a realizar."

(D`AURIA, Francisco. Variação do Valor Efetivo do Capital. São Paulo: Ed. Atlas, 1953. p. 25.)(O negrito é nosso e o itálico é do autor).

Algo deveria se harmonizar entre o dinamismo de Amaduzzi e a suficiência denotada por D`auria, numa análise que ultrapassasse os quocientes simples, e a observação direta dos valores.

O professor Lopes de Sá (1965) em sua pesquisa em mais de 7.000 balanços - sua tese de doutorado - conseguiu transmitir uma importante contribuição ao estudo do equilíbrio definindo-lhe as causas como sendo o giro e o lucro.

Um empreendimento que não girasse várias vezes no exercício, deveria gerar grande

margem de acréscimo; o contrário também se corresponde. A renovação, e as margens de lucros deveriam existir, nem que houvesse maior proeminência de um em relação ao outro. Assim outra conquista fora fornecida ao estudo desse estado.

Mais tarde, na doutrina formada pelo mestre, o neopatrimonialismo, ele definia a estabilidade como uma função, e ainda apontava outro sistema atinente à vitalidade que se chama economicidade.

Portanto, a relatividade-interdependente tratada aqui defende que a simetria do capital só poderá ser obtida se houver uma intensidade dinâmica, ou, a economicidade da estabilidade, tal como também, Amaduzzi, D`auria, Franco, Klein e outros concordavam.

3 BÁSICOS ASPECTOS DA ESTABILIDADE E ECONOMICIDADE

A estabilidade nada mais é que o sistema de equilíbrio do patrimônio. A sua natureza é composta de proporções que se definem pelo movimento. Ou seja, é uma função cuja eficácia está na simetria do comportamento patrimonial.

Tal sistema se enquadra entre os básicos do capital, de acordo com a interpretação que Antônio Lopes de Sá (1992) assim definiu em sua Teoria Geral.

Se é uma função é um movimento.

Logicamente um movimento depende da velocidade ou agilidade do seu devir, que deverá estar de acordo com as necessidades patrimoniais.

Aqui entra o valor da intensidade como meio de economicidade em relação à função patrimonial.

Intensidade é o grau de força que atua no movimento; se uma velocidade é intensa diz-se que ela pode estar em perpétua continuidade:

$$(In \rightarrow \infty) \Rightarrow fe \rightarrow (Ef^1) = Cp$$

A intensidade quando tendente a ser constante ou infinita ($In \rightarrow \infty$), implicando na função específica (fé), gerando eficácia (Ef^1), resulta em continuidade perpétua do mesmo exercício(Cp).

Isto fornece margens à economicidade relativa interdependente:

$$Iec \equiv (fe \Leftrightarrow Vp)$$

Ou seja, a interdependência da Economicidade (Iec) é equivalente à correlação dupla da função específica(fe) com a vitalidade patrimonial(Vp).

Quando se lembra a economicidade, dois conceitos básicos vêm à tona, o de intensidade e o de potência patrimonial. A intensidade é o poder de variação da velocidade patrimonial; já a potência é o nível de variação do resultado proporcional da função. Um exemplo muito simples: se o meu crédito é de \$ 10.000,00 e a condição creditícia (a curto e longo prazo) é de 1 em dois períodos diferentes, afirma-se que a potência do fenômeno não se alterou. Por sua vez, se o seu giro era de 12 vezes ao ano e ele cai para 6 vezes, afirma-se que a sua intensidade diminuiu.

Ou seja, pode existir uma sem a outra, contudo, todos estes meios são inteiramente ligados, de modo que não existirá economicidade sem a existência de ambos (por mais que um dos dois predomine).

Há também o conceito de potência real ou abstrata de acordo com o estado de comportamento patrimonial, ou até o de intensidade real e abstrata, quando a velocidade não se interage com a sustentabilidade do capital (movimento de entrada de riqueza pelos lucros).

A intensidade e potência são, pois, meios do sistema de economicidade.

Ou por melhor assim dizer, toda a vida das aziendas deve possuir vitalidade no curso de

sua continuidade. E isso é notado quando o patrimônio possui a sua capacidade de negociar, aumentando com o poder de vendas, compras, giros, capitalização, de maneira crescente e ininterrupta. Quanto mais intensa for a função maior é o grau de sua economicidade.

Na teoria das interações do Neopatrimonialismo uma idéia bem clara é a de que os sistemas se interagem, ou seja, que um está contido no outro, porém ainda era proclamado que cada um deveria se comportar de maneira diferente. Isso foi o que gerou a idéia de uma relatividade sistemática do Neopatrimonialismo Filosófico.

4 O NEOPATRIMONIALISMO FILOSÓFICO E A RELAÇÃO DE ECONOMICIDADE DO EQUILÍBRIO NO ASPECTO DE INTENSIDADE

Sabe-se que na natureza há fenômenos diferentes.

Mesmo assim, a interação de um habitat natural comunga com o clima planetário e este com o cosmológico, de forma inequívoca.

O mesmo se dá na contabilidade com o seguinte problema: como conceber naturezas diferentes e autonomia, sem desconsiderar a interação?

A relatividade interdependente é a resposta.

Ora, quando se diz que um estoque serve ao caixa, às vendas, à produtividade, oferecendo riscos, e uma dose de capitalização, aponta-se que ele é relativo. E isso não exclui a sua natureza dentro de um elenco tradicional de interpretação. O estoque pode pertencer numa interpretação tradicional contábil ao sistema financeiro, todavia, é relativo a todos os sistemas. Se ele é ineficaz para a liquidez é porque não foi vendido adequadamente (resultabilidade), não possui proporção adequada (estabilidade), é obsoleto (invulnerabilidade), ineficiente (produtividade), antilucrativo (elasticidade), insustentável (sustentabilidade),

etc. É relativo a todos os sistemas e sua análise exige a observação geral.

Do mesmo modo que não se pode medir a velocidade de um corpo com relação apenas a um ângulo da terra, pois a terra se move em torno do sol e em volta de outras galáxias, um sistema contábil não pode ser considerado absoluto em si mesmo.

O neopatrimonialismo filosófico proclamou isso em básicas idéias:

- Que todos os sistemas com os seus comportamentos são relativos a todo o movimento do capital por causa da própria simultaneidade e hereditariedade dos fenômenos;
- Os fenômenos patrimoniais possuem influências em todos os sistemas, só que com graus diferentes;
- Uma natureza não se confunde com a autonomia; e que aquela depende da interpretação;
- Quando uma função é ineficaz as demais deverão se comportar para suprir esta deficiência; tal como o grau dos estados comportamentais se relativizam para harmonizar o estado final da riqueza;
- Uma riqueza não poderá ser considerada eficaz até que a relatividade interdependente se demonstre simétrica com a sanidade na marcha do seu devir;
- A autonomia em certo grau de tempo do patrimônio não existe (não se pode conceber de forma perpétua o lucro sem economicidade, a liquidez sem o lucro, o equilíbrio sem liquidez, isto em certo grau da existência azindal não existe porque uma com certeza ou prejudicará ou melhorará o estado da outra).

Não há alguma novidade nestes conceitos, mas o problema existe, tal como na física.

"Em dois pontos distantes, temos dois relógios perfeitos, indicando exatamente o

mesmo tempo. Essa declaração deve ser verdadeira, independentemente do cuidado com que a verifiquemos. Mas significará realmente? Como podemos certificar-nos de que relógios distantes indicam exatamente o mesmo tempo?... (EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. A evolução da Física. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988. p. 148)

Um relógio não analisa um tempo absoluto, mas um tempo relativo ao espaço em que está inserido. Do mesmo modo um estado patrimonial de um sistema não pode ser absoluto, mas relativo aos outros, que geram um resultado global do capital.

Do mesmo modo poderia se pensar que dois sistemas patrimoniais indicariam um mesmo estado, mas não, indicam estados diferentes. Porém, o estado de um, por ser simultâneo ao estado de todos, indica a relatividade. Dois sistemas podem ser considerados corretos quando um é ineficaz e outro eficaz, mas o dinamismo mostra que o grau de comportamento de um se alterará para ceder ao de outro.

Ou seja, poder-se-ia pensar em algo mecânico, porém, o relativo cada vez mais acaba ultrapassando esta concepção. Não se pode imaginar que a economicidade da empresa possa existir sem o equilíbrio. Ou a resposta seria depende. Pois é o grau de estado de cada função que causa isto, a não ser que a sua influência seja insignificante (por exemplo, um crédito observado no ângulo reitoral, pode transmitir lucros, mas ao mesmo tempo um risco, na razão de inadimplência, porém, é tão ínfima tal influência que ela não atrapalha sua rentabilidade).

Se assim não fosse, o lucro poderia inexistir com a autonomia de outra função. Já ficou mais que comprovado pela experiência que o giro pode suprir as grandes margens, mas, sem os dois a prosperidade não existe. Pode haver mais nível em um e em outro, do mesmo modo que dois relógios marcam coisas diferentes, mas, com um tempo relativo-, porém, os dois devem existir. Esta é a razão para a filosofia do Neopatrimonialismo proclamar não o estado singular e separado de cada movimento, mas do singular para o todo ou do todo para o singular. Analisando, pois, desta forma, ter-se-ia:

Uma liquidez do Equilíbrio

Um resultado do Equilíbrio

Uma economicidade do Equilíbrio

Uma produtividade do Equilíbrio

Uma invulnerabilidade do Equilíbrio...

E assim por diante.

Do mesmo modo poder-se-ia conceber cada função contida no equilíbrio e relativa a ele, em ótica holística e infinita.

Ter-se-ia vários campos para a relatividade de cada uma das funções.

De maneira especial a relação "economicidade do equilíbrio" significa o grau de sua intensidade. Como se disse, a economicidade é o sistema de vitalidade. A junção interativa dos dois conjuntos e o que gera a relatividade. Portanto, há dificuldade em demonstrar toda uma relação de cada fenômeno em particular nos dois sistemas. Por um lado pode-se raciocinar que:

$$\forall Eq \equiv (\Delta At \leftrightarrow \nabla Ps) \rightarrow (\Delta CP \Rightarrow R +) \therefore Inp$$

$$InpEq \rightarrow Vp(\Delta \wedge \nabla) \Rightarrow (\Delta At \wedge \Delta CP) = (\Delta ps = 0)$$

Ou seja, todo e qualquer equilíbrio(Eq) é equivalente às variações positivas do Ativo ou atividade (ΔAt) correspondentes às negativas do Passivo ou passividade (∇Ps), o que gera aumento do capital próprio(ΔCP), por conseguinte do rédito positivo ($R+$). Logo, isto gera intensidade patrimonial (Inp) do mesmo estado.

Então, só existe intensidade patrimonial do Equilíbrio (InpEq) quando as variações patrimoniais (∇p) positivas ou negativas ($\Delta \nabla$) implicam aumento da atividade ou crescimento do capital próprio ($\Delta At \wedge \Delta CP$) com uma igual anulação do incremento da passividade ($\Delta Ps = 0$).

Pensando pelo lado racional-matemático ter-se-ia:

$$\frac{\Delta \nabla At}{\Delta \nabla Ps} \Rightarrow Eq$$

As variações positivas ou negativas do Ativo ou Atividade ($\Delta \nabla At$), relacionadas com as mesmas variações do passivo ou passividade ($\Delta \nabla Ps$) implicam no equilíbrio(Eq). Também:

$$\left(\frac{\Delta \nabla At}{\Delta \nabla Ps} \right) \Leftrightarrow \pm R = Eq$$

Quando as variações positivas ou negativas da atividade se relacionam com as mesmas variações da passividade, ocorre a

equivalência de um rédito positivo ou negativo ($\pm R$), de acordo com a intensidade de cada uma dessas variações, o que resultará no mesmo equilíbrio patrimonial(Eq). Porém:

$$\left(\frac{\Delta \nabla At}{\Delta \nabla Ps} \right) \equiv \pm R \Delta \Rightarrow Eq^{Ef}$$

A variação positiva ou negativa do Ativo ou Passivo deve ser equivalente à variação positiva do rédito ($R \Delta$), para existir o equilíbrio eficaz(Eq^{Ef}) que transmite sanidade ao capital.

Portanto, de uma maneira mais simples, tem-se tal concepção feita da seguinte forma trivial:

GANHA E PERDE DE VALOR E MOVIMENTO DE
UM ELEMENTO = Eq

GANHA E PERDE DE VALOR E MOVIMENTO
DE OUTRO ELEMENTO

O que se ganha ou perde de um elemento de qualquer grupo (investimentos, financiamentos, resultados) deve ser igual ao que se ganha e se perde de outro elemento. Em uma linguagem dedutiva, o Ativo e o Passivo devem possuir variações compatíveis com o resultado da empresa. É o que se poderia revelar numa simples memória de cálculo, das origens e aplicações de recursos:

Tabela 2: Variações das aplicações e origens de recursos.

Grupos	Ano 1	Ano 2	Diferença	Variações
Ativo Circulante	1.000,00	1.500,00	+ 500,00	2.500,00
Ativo Permanente	2.000,00	4.000,00	+ 2.000,00	
Passivo Circulante	2.000,00	5.000,00	+ 3.000,00	2.500,00
Patrimônio Líquido	1.000,00	500,00	- 500,00	
				Resultado igual a 0

Obs: As variações do Ativo devem ser iguais a do Passivo, por isso o resultado é igual a zero.

Fonte: Elaboração Própria

Pode-se demonstrar assim para efeito didático, porque para a análise superior tal empreendimento está desequilibrado, uma vez que a variação positiva do Ativo deveria corresponder ao aumento do rédito sem contraposta do Passivo.

Fica mais uma vez provado, que o rédito é a resultante do equilíbrio do capital eficaz.

Entende-se ainda que se deve assegurar se há intensidade no equilíbrio, porque pouco adianta a proporção se a razão dos mesmos elementos não condizem com a velocidade do movimento, ou seja, quanto mais rápido e veloz for o andamento do equilíbrio, maior é a sua tendência de continuidade e melhor será para a empresa.

5 ANÁLISE DA ECONOMICIDADE DO EQUILÍBRIO, OU DO GRAU DE INTENSIDADE DA ESTABILIDADE PATRIMONIAL

A intensidade do equilíbrio nada mais é que o grau de velocidade do mesmo movimento da estabilidade. A proporção necessita se equiparar e para tanto deve compreender um movimento que define a sua ação. Primeiramente deve-se entender que o significado de intensidade pode ser compreendido pela fórmula:

In = F x T1 / T2

A função analisada (F) vezes a razão de uma velocidade anterior(T1) e uma atual(T2) fornece um resultado igual ao da Intensidade(In).

Em diversas outras fórmulas, poder-se-ia medir a intensidade, mas nesta básica apresentada vê-se que a função vezes a razão de dois tempos denota a intensidade.

Isto porque a velocidade da função é mensurada na razão direta da sua velocidade e na indireta de sua temporalidade.

Portanto é de se considerar que a intensidade deve ser concernente com os giros ou com os lucros. Ou melhor, os lucros devem existir para o equilíbrio. Numa fórmula pode ser resumida esta ação:

VENDAS + LUCROS / MASSA ANALISADA

Assim apura-se a intensidade de movimento com os lucros, mas se, pode verificar cada qual em separado:

VENDAS - LUCROS / MASSA ANALISADA

Os lucros não são calculados diretamente das vendas, uma vez que na demonstração de resultados, aprovada em lei brasileira, tem-se que as cifras dos lucros e vendas devem constar em separado. É uma questão que não atrapalha a análise, apesar da visão ser um pouco diversa da regra política.

Portanto, respeitando a tradição, pode-se considerar como fórmulas importantes para o cálculo de intensidade do Ativo, Passivo, e Patrimônio Líquido:

Tabela 3: Quocientes para base de análise da intensidade do equilíbrio

Quocientes Básicos para a análise do equilíbrio	
1 - Quociente do Tempo do Giro do Ativo Ativo x 360 Vendas	Fornece o resultado em dias. Quanto menor, melhor para a empresa, pois, mais rápida é a sua atividade.
2- Quociente do Tempo do Giro do Passivo Passivo x 360 Soma dos créditos do Passivo	Resultado em dias. Quanto maior, geralmente melhor para a empresa, pois, menor será a sua passividade.

3 - Rentabilidade do Capital Próprio $\frac{\text{Lucro} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Resultado percentual. Geralmente, quanto maior, melhor para a empresa, porque o grau de retorno em lucros evolui e agrega massa à riqueza.
---	--

Obs: No quociente de número dois basta somar cada crédito do ativo para se ter um montante global, assim o saldo do Passivo será igual à diferença destas variações.

Fonte: Elaboração Própria

Tais fórmulas podem assegurar as conclusões que se deseja, pois o giro do Ativo denota um tempo importante para a intensidade, o giro do Passivo também, juntamente com a rentabilidade do Capital próprio, que traz a resultante para o equilíbrio.

Todos estes quocientes servem para calcular a intensidade do equilíbrio. A análise de intensidade do equilíbrio pode ser realizada pela fórmula:

$$\left(\frac{\text{PrpAt}(\%)^{\text{AC}^{\text{AP}}} \cdot \text{IntAt}}{\text{PrpPs}(\%) \cdot \text{IntPs}} \right) = \text{Inp} \times \text{RtCP}(\%)$$

A proporção(Prp) do Ativo(At)- em escala percentual, o que equivale à análise do ativo circulante e permanente (AC^AP), vezes a sua intensidade(IntAt), relacionada com a proporção do passivo(PrpPs) vezes a sua intensidade(IntPs), resulta no quociente de intensidade patrimonial(Inp) que deverá ser multiplicado pela rentabilidade do capital próprio(RtCP), para se saber se a empresa está ou não ameaçada pela movimentação dos investimentos e financiamentos.

Isso é o mesmo que:

$$\frac{\text{InAt} \times \text{RtCp}}{\text{InPs}} = \text{InEq}$$

A intensidade da proporção do Ativo(InAt) relacionada com a do passivo(InPs), vezes a rentabilidade do capital próprio(RtCp) fornecerá a intensidade do equilíbrio(InEq).

Tudo segue o raciocínio de que o patrimônio não é apenas uma massa inerte de Ativo e Passivo, porém um conjunto de atividade e passividade, que influencia na sobra de atividade ou no resultado operacional desta mesma movimentação.

Veja-se primeiramente os seguintes resultados:

Tabela 4: Coeficiente do Ativo, Passivo, e Rentabilidade.

Grupo	2001	2002	2003	2004
Ativo Circulante	30%	40%	35%	37%
Ativo Permanente	70%	60%	65%	63%
Passivo Circulante	70%	65%	60%	55%

Fonte: Elaboração Própria.

Suponha-se os seguintes resultados com o giro:

Tabela 5: Resultado dos quocientes de tempo da atividade, passividade, e rentabilidade

Anos	2001	2002	2003	2004
Tempo da Atividade	360	240	210	205
Tempo da Passividade	260	220	230	240
Rentabilidade do Capital Próprio	30%	20%	10%	50%

Fonte: Elaboração Própria.

Agora deve-se calcular a intensidade da Atividade e da Passividade. Para efeito didático calcula-se apenas o ano de 2002, passo a passo, inicialmente lembrando a fórmula de intensidade:

$$\text{In} = \text{F} \times \frac{\text{T}^1}{\text{T}^2}$$

Ela exige uma função como substituição. Considere-se a razão proporcional, o coeficiente, como esta função, tanto do ativo circulante como do permanente (veja tabela 4 com os coeficientes):

$$\text{InAt} : 40 \times \frac{360}{240} = 40 \times 1,5 = 60\% \text{ ou } 0,6 \text{ unidades}$$

Sabendo que a intensidade já foi calculada no ativo circulante, basta compreender o permanente com o resultado do mesmo quociente:

$$\text{InAt} : 60 \times 1,5 = 90\% \text{ ou } 0,9 \text{ unidades.}$$

Com uma soma tem-se:

$$\text{InAt} : 60 + 90 = 150\% \text{ ou } 1,5 \text{ unidades.}$$

Tem-se uma intensidade do Ativo (InAt), ou atividade da proporção investida, igual a 150% ou 50% acima do valor nominal registrado).

Deve-se também observar a intensidade do passivo (InPs):

$$\text{InPs: } 65 \times \frac{260}{220} = 65 \times 1,18 = 76,70\% \Rightarrow 77\% \text{ ou } 0,77 \text{ unidades.}$$

Assim:

$$\frac{\text{InAt}}{\text{InPs}} \times \text{RtCp} = \text{InEq}$$

Sabendo que a rentabilidade do capital próprio é de 20%, pode-se calcular qual é a atividade do Equilíbrio:

$$\text{InEq} \rightarrow \left(\frac{150}{77} \times 20 \right) = 38,96\%$$

A intensidade patrimonial pode produzir até 38,96% de rentabilidade.

Quanto maior o resultado da fórmula melhor para a empresa, ainda mais se ele for su-

perior à rentabilidade apurada. Isto porque revela que há superioridade da atividade em relação à passividade do patrimônio, gerando a "**sobra da atividade**" ou o capital próprio com lucros. Resume-se que **quanto maior atividade intensa, em relação à intensidade da passividade, melhor para o equilíbrio da empresa, o que comprova a sua vitalidade ou a economicidade da estabilidade realmente eficaz.** Relembrando, pois, que **o crédito é uma resultante para o equilíbrio, ou melhor, o patrimônio líquido é responsável pela simetria patrimonial eficaz.**

Mas, à medida que o quociente cai é porque a intensidade do Ativo é incompatível com a do Passivo, o que gera diminuição do retorno do Patrimônio Líquido, e conseqüentemente o aumento do endividamento. Assim, pode-se dizer se há ou não equilíbrio da célula social e se tal forma de comportamento pode ameaçar a existência do mesmo empreendimento, pelo notável desequilíbrio que possui e denota em razão da intensidade da estabilidade.

Assim determina-se meios práticos e racionais para a tomada de decisão, baseada na política da atividade e passividade do patrimônio, que pode se desmembrar em diversos fenômenos a serem estudados e que se prefere não mencionar aqui, para não alongar demais o tema. Sabe-se que ainda existe muito a explorar neste problema, sobre o assunto, oferecendo, deste modo, um limite quase infinito de observação e análise superior.

6 CONCLUSÃO

O equilíbrio do capital é obtido pela intensidade do Ativo e Passivo, compatível com os lucros, ou seja, quanto mais existe atividade na aplicação de recursos, sendo superior à do Passivo de elementos patrimoniais, mais haverá sobra da atividade e conseqüentemente retorno do capital próprio, com harmonia.

O equilíbrio do patrimônio não pode ser medido simplesmente pelo seu valor nominal, ou com dados esparsos, de participação e comparação, mas pela a razão desses dados assumidos em quocientes, que dão uma base suficiente, para a identidade das relações, transmitindo a economicidade-estabilidade.

A intensidade do equilíbrio é uma medida eficaz para verificar o grau de renovação do capital, a sua identidade com o endividamento, com as proporções dos investimentos e

financiamentos e com o movimento dos mesmos elementos que compõem a estrutura, assim detectando se há fenômenos de desequilíbrio ou não. O neopatrimonialismo, com a sua interação, e a teoria do Neopatrimonialismo filosófico, com a sua relatividade-interdependente, possibilitam à contabilidade alcançar os píncaros do raciocínio patrimonial em análise contábil, permitindo o melhor gasto empresarial e o melhor uso do comportamento da riqueza, para a eficácia das empresas e sua prosperidade.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Da geração e da Corrupção seguido de convite à filosofia. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Landy Editora, 2001.

----- **Política.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

----- **Ética a Nicômaco.** Tradução de Pietro Nassetti São Paulo: Ed. Martin Claret, 2005.

BESTA, Fabio. **La Ragioneria.** 2º Ed. Milano: Cada editrice Dottor Francesco Vallardi. 1922.

CECCHERELLI, Alberto. **Il Linguaggio dei Bilanci.** 5º ed. Firenze: Felice Le Monnier, 1950.

D`AURIA, Francisco. **Variação do Valor Efetivo do Capital.** São Paulo: Ed. Atlas, 1953.

----- **Primeiros Princípios de Contabilidade Pura.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

----- **Estrutura e Análise de Balanço.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1955.

DIAS, Fernando Caetano. **A técnica da Leitura dos Balanços.** 2ª ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1944.

EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. **A evolução da Física.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

FRANCO, Hilário. **Fundamento Científico da Contabilidade.** São Paulo: Ed. Revisora Gramatical, 1950.

FLORENTINO, Américo Mateus. **Classificação de Patrimônio para uma análise econômica dos Balanços das empresas.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1963.

----- **Análise Contábil:** Análise de Balanços. 9º Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1990.

----- **Custos:** Princípios, Cálculo e Contabilização. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

GENOVESI, Antônio. **A instituição da Lógica.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1977.

KLEIN, Tolstoi C. **Contabilidade Superior:** Estrutura e Análises de Balanços. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1954.

MOITINHO, Álvaro Porto. **Teoria das contas aumentativas e das redutoras do patrimônio.** Rio de Janeiro: APEC, 1970.

MONTEIRO, Martim Noel. **Economia e Contabilidade das unidades de Consumo.** Lisboa: Portugalá Editora, 1968. Coleção "Economia e Finanças".

- SÁ, Antonio Lopes. **Teoria geral do conhecimento contábil**. Belo Horizonte: IPAT-UNA, 1992.
- **Filosofia da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1953.
- **Teoria do capital das empresas**. Rio de Janeiro: FGV, 1965.
- **O equilíbrio do Capital das Empresas**. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A, 1959.
- **Curso Superior de Análise de Balanços**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. 1973. Volume I e II
- Intensidade Funcional eficaz da riqueza e análise contábil sobre a continuidade do empreendimento. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Ano XXX, nº 130, CFC, Jul. / Ago. 2001.
- SABBATA, Venzo de. **Einstein e La relatività**. Ferrara: Corso Editore, 1982.
- SILVA, Rodrigo Antonio Chaves da. Filosofia da Análise da Estabilidade da Liquidez. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 4, nº 11, CRCSC, 2006.
- A resultabilidade. **Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas**, Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, nº 10, 2007.
- Ciência e não-ciência da Contabilidade. **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**, Lisboa, CTOC, Ano VIII, nº 87, junho de 2007.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.
- VALLE, Francisco. As tendências positivas do Prof. Francisco D`auria. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, vº 51, nº 440, 1973.
- VIANA, Cibilis da Rocha. **Teoria Geral da Contabilidade**. Volume I, 5. Ed., Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1971.
- ZAPPA, Gino. **Il Rédito di Impresa**. 2ª edição. Milão: Dott. A. Giuffrè - Editore, 1950.